



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	11010/2024
Data do Início	06/05/2024
Folha	
Rubrica	

**REF: Recurso da empresa AGIL EIRELI referente ao Pregão Eletrônico 06/2024.**

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **AGIL EIRELI**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

**II – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- Incorreta habilitação da empresa vencedora.

**III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS**

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A recorrente alega que a empresa declarada vencedora não atende aos requisitos do edital, tendo tido sua proposta incorretamente classificada, sob o argumento de que o valor ofertado pela mesma se encontra inexecutável e ainda, devido à impossibilidade de se admitir a participação de sociedades sem fins lucrativos em processos licitatórios.

Referente aos fatos dispostos, lembremos.

Preço inexecutável representa a situação em que o preço apresentado por uma empresa ou indivíduo, para venda de um bem ou serviço a ser contratado, é considerado impraticável no mercado. Ou seja, na prática, o produto ou serviço oferecido tem um valor muito abaixo da média de mercado, levantando dúvidas sobre a real capacidade de a empresa honrar o contrato.

Quando falamos sobre o preço inexecutável, é importante observar o que diz o art. 11 da Nova Lei de Licitações 14.133/21:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

(...)

III – evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexecutáveis e superfaturamento na execução dos contratos;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	11010/2024
Data do Início	06/05/2024
Folha	
Rubrica	

Ainda, de acordo com a mesma Lei, uma proposta pode ser desclassificada por preço inexequível se não tiver sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração, o que aparentemente não foi o caso.

Com sapiência, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

“Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660)

A IN SEGES/ME 73 apresenta referências claras e objetivas para que a Administração possa realizar a devida diligência, no sentido de aferir a exequibilidade das propostas apresentadas nas licitações:

Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.  
Parágrafo único. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:  
I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e  
II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Portanto, pela primeira vez, encontramos na legislação um parâmetro objetivo para análise de exequibilidade de propostas nas licitações para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Reforçamos, mais uma vez, sobre as mais diversas etapas que englobam o processo administrativo, incluindo a pesquisa de preços que serve para verificação do mercado em atenção as especificações dos produtos/serviços a serem contratados, pelas palavras do Tribunal de Contas da União:

“Pesquisa de mercado: verificação das condições específicas do mercado conforme o objeto pretendido: especificação, marcas, qualidade, desempenho, prazos, garantia. ”

Conforme também podemos observar no art. 63 da IN 05/2017, a contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	11010/2024
Data do Início	06/05/2024
Folha	
Rubrica	

não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Por tanto, considerando o disposto anteriormente, possíveis erros na formação da proposta são de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo atribuir responsabilidade à administração.

Entende esta CPL que, por si só, este não é motivo para desclassificação da proposta. Registra-se, ainda, que no decorrer do certame a empresa recorrida demonstrou através de atestado de capacidade técnica que detém condições para a execução contratual, assumindo assim um compromisso com a administração, ficando sujeita a sanções no caso de não cumprir o instrumento contratual.

Ainda, devemos destacar o fato de que, os valores das propostas de preço da recorrente e da recorrida, não demonstram essa diferença absurda quanto a recorrente quer nos fazer pensar, tendo a mesma, inclusive, apresentado para o grupo 1 valor menor que o da recorrida.

Partindo para o segundo ponto, seguindo a linha do TCU, no Acórdão nº 7.459/2010, esta especializada entende que não deve haver vedação genérica de participação de entidades sem fins lucrativos em licitações, desde que haja nexos entre os serviços a serem prestados com os estatutos e objetivos sociais da entidade prestadora dos serviços.

“9.1. Conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando a redação ao subitem 1.4.1.1 do Acórdão nº 5.555/2009-2ª Câmara, dirigido à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e que, doravante, em caráter normativo, aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, que passa a ter o seguinte teor:

9.1.1. Determinar que não habilitem, nos certames licitatórios para a contratação de serviços de terceirização ou assemelhados, entidades sem fins lucrativos cujos estatutos e objetivos sociais não tenham nexos com os serviços a serem prestados; ”

Como bem pontuou a recorrida, não há que se falar em disputa não isonômica, visto que a diferenciação tributária foi posta pela Lei buscando a verdadeira equivalência para as entidades em questão e somente deve ser observado se as ditas organizações possuem em seus objetivos sociais atribuições que lhes permitam participar dos certames e não serem qualificadas como OSCIP.

Diante dessa realidade, nada impede que as associações e fundações participem de licitações e, por conseguinte, venham a celebrar contratos com a Administração Pública.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	11010/2024
Data do Início	06/05/2024
Folha	
Rubrica	

Contudo, para tal fim, será indispensável que o objeto do contrato seja condizente com o objeto social da associação, o qual se encontra previsto necessariamente em seu ato constitutivo.

**IV- DAS CONTRARRAZÕES**

Transcorrido o prazo para contrarrazões, o INSTITUTO DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL apresentou tempestivamente suas alegações.

**V – CONCLUSÃO**

Mediante o exposto, e toda fundamentação narrada nos autos do processo, essa especializada opina pelo **INDEFERIMENTO** do presente recurso e o submetemos à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 10/05/2024.

---

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS  
Mat. 111.813

DE ACORDO

---

DJALMA ALVES DA SILVA  
Pregoeiro